



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

OS INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO DA DÉCADA DE 1930 VINCULADOS A COMISSÃO DE CENSURA CINEMATOGRAFICA

Ana Gabriela Saba de Alvarenga
anagabisa@gmail.com
(UFF)

Resumo

O presente trabalho faz uma reflexão sobre a participação de três intelectuais da educação (Armanda Álvaro Alberto, Edgard Roquette-Pinto e Jonathas Serrano) na Comissão de Censura Cinematográfica entre os anos de 1932 e 1935 e seu papel para o governo de Vargas. Para tal penso a origem e utilização do termo intelectual e o trabalho realizado por estes a Comissão criada a partir do Decreto 21.240 de 4 de abril de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas. Este é um período da história do Brasil estudado por uma gama de historiadores que tomo com referência, dentro eles: Ângela de Castro Gomes, Daniel Pécaut, Lúcia Lippi, Mônica Velloso; além de no campo da educação possuir grande número de educadores que investigam a trajetória de educadores na história da Educação, como Clarice Nunes e Ana Chrystina Mignot. Utilizo como metodologia as redes de sociabilidade formada por estes intelectuais e sua inserção no período estudado.

Palavras-chave: Intelectuais da educação. Comissão de Censura Cinematográfica. História da educação. Primeiro governo Vargas.

A década de 30 foi um período de modificações nas estruturas política, social e cultural do Brasil. Levando em consideração que a Educação em muitos momentos serviu de instrumento nas mudanças ocorridas, então há a necessidade da compreensão de quem eram os educadores que representavam os intelectuais do período e sua atuação no governo de Getúlio Vargas.

Na década de 1930, o começo da Era Vargas trouxe para Educação no Brasil, novos artefatos legais e políticos que delimitavam a inauguração de uma nova fase vivida pelos intelectuais e educadores do país. Um momento onde os conceitos de educação e política, intelectuais da educação e censura, caminhavam juntos.

Na década de 20 foi iniciada uma série de reformas educacionais nos âmbitos estaduais. A Educação vinha sofrendo modificações no Brasil, em 1924 houve a criação da Associação Brasileira de Educação e as diversas reformas educacionais no âmbito estadual, baseadas nos ideais escola-





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

novistas¹. Em 1925 o educador Anísio Teixeira realizou a reforma educacional na Bahia através da lei 1.846. Em 1927 Francisco Campos realizou a reforma na educação em Minas Gerais. Em 1928 Fernando de Azevedo fez a reforma no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Carneiro Leão em Pernambuco.

No dia 14 de novembro de 1930, logo após a tomada do poder Getúlio Vargas através do Decreto de número 19.402 criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O que não existia antes, um órgão dedicado à Educação Nacional, não mais deixada na alçada estadual como o que ocorrera até a década anterior, mas que alcança então, toda a nação. Mesmo que houvesse o compartilhamento com a saúde, já podia ser considerado um grande avanço sobre a atenção dada pelo governo à educação em nível nacional.

A educação nos anos 30, especialmente a educação primária, era uma das estratégias, juntamente com a propaganda, de disseminação e afirmação do Governo Provisório instituído pelo então presidente da república, Getúlio Vargas. Essa era uma estratégia que já vinha sendo utilizada desde o início do século XX, mas que se amplia no governo de Vargas. (CARVALHO, 1999)

Um fator importante e bem diverso do governo precedente, mas presente na gestão de Vargas foi a ampla difusão da ideologia do Estado, especialmente através dos meios de comunicação, rádio, cinema e imprensa, que receberam grandes investimentos financeiros do governo. A difusão do rádio aconteceu na década de 1920 no Brasil e logo de seu início já era importante seu vínculo com a educação para o país.

O cinema chegou ao Brasil no nascimento do século XX com transmissões feitas através de um exibidor ambulante. Na década de 20 cinegrafistas começavam a produzir imagens do interior do Brasil e trazê-las para o litoral, para mostrar o que havia a ser descoberto; havia ainda os cinejornais locais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. E foi só a partir da década de 30 que o cinema ganhou caráter educacional, por meio de veículos legais e sobre controle do governo nacional (SOUZA, 2003).

¹ A Escola Nova foi um movimento que segundo Diana Vidal (2003) produziu enunciados que eram contrários a chamada escola “tradicional”. Onde o novo era constituído pela diferença quanto as prática e saberes anteriores, com destaque para a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas de disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do aluno.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A imprensa já possuía no Brasil bases mais sólidas, que o rádio e o cinema, voltadas para os diversos campos de interesses, fosse ele político, social, econômico, cultural e educacional. Mas que também foi amplamente utilizada e revisitada na década de 30 para fins educativos e de propaganda nacional e do governo vigente.

Durante o governo de Vargas um veículo legal chama a atenção em 1932, o Decreto 21.240 de 4/4/1932² criou a Taxa de Censura Cinematográfica em prol da Educação Popular e outros fins, além de prever a criação de um veículo de circulação nacional, a Revista Nacional de Educação³, na perspectiva de que promoveria uma ampliação da educação nacional. Este decreto propunha ainda a criação de uma comissão de censura para a avaliação dos filmes educativos.

Dentre os participantes da Comissão de Censura Cinematográfica durante os três anos de sua existência (1932-1935) escolhi três intelectuais vinculados a educação para o aprofundamento de análise e compreensão de sua participação política na educação no governo de Getúlio Vargas. Escolha realizada pela importante atuação destes intelectuais desde a década de 1920 e que permaneceram atuando com grande destaque no âmbito educacional no período estudado. São eles Edgar Roquette-Pinto, então diretor do Museu Nacional e por isso membro da Comissão que lá funcionava, Armanda Álvaro Alberto, membro da Comissão indicada pela Associação Brasileira de Educação como sua representante e Jonathas Serrano, membro da Comissão indicado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública por seu vínculo com o cinema nacional.

Meu objetivo é tentar compreender o movimento dos intelectuais da educação que participaram da Comissão de Censura Cinematográfica, que apesar de ser uma censura moralista já participava de uma estratégia política do governo Vargas, mesmo antes e já preparando o Estado autoritário do estado Novo.

Carlos Eduardo Vieira (2008) aponta para a significativa tradição de estudos acadêmicos sobre o tema dos intelectuais na história da educação no Brasil, só que os referenciais de análise se modificaram com o passar dos anos. Na década de 50 alguns pesquisadores seguiram a concepção de história de Dilthey para estudarem o movimento do espírito que anima a cultura por meio das obras e das ações dos ilustrados brasileiros. O interesse pela ação pública dos cultos

² Coleção de Leis do Brasil.

³ A Revista Nacional de Educação foi produzida entre os anos 1932 e 1934, pelo Museu Nacional.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

permaneceu, mas nas décadas de 70 e 80 o referencial teórico mudou para o marxismo historicista de Gramsci. E nos anos 90 o tema seguiu em debate, mas o referencial teórico ganhou um enriquecimento a partir de uma gama de possibilidades, dentre as quais houve um especial destaque a interpretação das ideias de Pierre Bourdieu. Nos anos 2000 o tema dos intelectuais permaneceu com vigor no campo educacional, contudo o mapa intelectual se expandiu e intelectuais e tradições antes desconhecidas se evidenciaram.

Outra importante consideração feita por Vieira foi perceber o deslocamento do discurso intelectual sobre os intelectuais da cena política imediata para tratá-los como uma questão sociológica e histórica, o que foi fundamental para o entendimento das funções desses protagonistas na cena pública.

A década de 1930 é um período muito visitado por um vasto grupo de historiadores, dentre eles, Ângela de Castro Gomes, Sérgio Micelli, Marieta Moraes Ferreira, Mônica Velloso, Helena Bomeny, Boris Fausto, Edgar Carone, Daniel Pécaut, entre outros. Um ponto de complexidade no presente trabalho é a variedade e quantidade de conceitos a serem visitados, o trabalho de reconstrução de uma época e todos os seus elementos formadores. Um primeiro conceito fundamental a este trabalho é a noção de intelectual, que segundo Ângela de Castro Gomes “ela mesma de contornos fluidos, algo que se transforma com o tempo, indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida.” (1999:38) Gomes tem ainda a preocupação de ao analisar determinado grupo de intelectuais, visualiza-los inseridos em sua geração. Já que a noção de geração traz consigo um trabalho de memória de um grupo comum, que compartilha vivências e as transmite aos seus sucessores. E para ganhar significado próprio a geração deve ser relacionada a outras.

Dentro desta perspectiva uma geração pode ser compreendida, traduzida a partir de sua dimensão simbólica e sua dimensão organizacional, permeadas por uma rede de relações públicas e privadas. Para Gomes a noção de geração está ligada a noção de sociabilidade, esta dotada tanto da feição subjetiva como objetiva. É no interior desse ambiente relacional que procuro analisar o trabalho de alguns dos integrantes da Comissão de Censura Cinematográfica e sua participação no então governo brasileiro.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A investigação é viável pela vasta documentação que podem ser encontrada em diversas instituições no Rio de Janeiro. Dentre eles: o acervo do SEMEAR do Arquivo do Museu Nacional, onde se encontra quase inexplorada documentação da Comissão de Censura Cinematográfica, a Biblioteca da mesma instituição, onde se localiza a produção educativa produzida pelo Museu Nacional; Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; CPDOC-FGV, que guarda o arquivo pessoal de muitos dos intelectuais vinculados ao governo Vargas e a Academia Brasileira de Letras.

A abordagem da história

Na realização desta pesquisa exploro as contribuições do campo da história dos intelectuais, que foi muito bem problematizada por Jean-François Sirinelli. O autor fala sobre a história dos intelectuais ter um enfoque tardio dentro das abordagens da história. No artigo *Os Intelectuais*, que compõe a obra *Por uma história política* de René Remond (2003), Sirinelli enuncia que houve em junho de 1957 uma mesa redonda para discutir “os intelectuais na sociedade francesa contemporânea” e alguns dos artigos produzidos então foram publicados na *Revue Française de Science Politique*, quando o autor situa uma preocupação explícita de especialistas da história nesta abordagem e menciona um apontamento de René Remond: “o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo.” (SIRINELLI, 2003:231) Houve então um primeiro olhar significativo por parte dos historiadores para tal abordagem.

Durante as décadas de 60 e 70 a abordagem histórica do meio intelectual aparece ainda com recuo, havia uma ausência de olhar para os intelectuais, era uma história nascente. A partir da segunda metade da década de 70 a história dos intelectuais começou a superar a indignidade e as pesquisas adquiriram legitimidade científica e foram merecendo o interesse dos historiadores, era um momento de renascimento da história política e foi se expandindo. Para Sirinelli “a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos um campo histórico autônomo que, logo de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (2003:232) Os intelectuais foram dessacralizados e puderam se tornar objetos da história, como atores políticos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O apontamento de Sirinelli (2003) é de fundamental importância por mostrar a história dos intelectuais como um campo aberto, não como elemento de uma dimensão da história, mas no limite entre a história política, social e cultural, o que requer um olhar mais delicado do historiador na percepção do como lidar com a pesquisa.

Sirinelli enumera algumas causas para o enfoque tardio da história dos intelectuais: a história dos intelectuais remetia a história política que passou um tempo no ostracismo; a história dos intelectuais tem passado próximo a partir do papel desempenhado pelo intelectual, com forte teor ideológico no qual o pesquisador também um intelectual está imerso; os intelectuais formam um grupo social de contornos vagos e pouco significativo em termos de tamanho; e por último o entusiasmo da historiografia pelas massas, enquanto os intelectuais pertenciam às elites e eram em número reduzido.

Sirinelli levanta questões muito pertinentes e que levam a uma reflexão de como, porque e quando fazer uma história dos intelectuais. O primeiro deles, fundamental para quem estuda a ação dos intelectuais que é: o papel do intelectual e qual é seu “poder”, “teriam os intelectuais, em uma determinada data, influenciado no acontecimento?” (REMOND, 2003:235) Outro importante questionamento que o autor faz é sobre a compreensão e a extensão do termo “intelectual”, colocados como dois problemas reais formulados por intelectuais e respondidos de forma endógena.

A inquietação que se apresenta a partir da palavra e da noção de intelectual também mereceu a reflexão de Helenice Rodrigues da Silva, historiadora que viveu por muitos anos na França e que ao retornar ao Brasil lecionou sobre a história intelectual:

Como definir uma história intelectual? Como delimitá-la, distinguindo-a de uma história dos intelectuais, de uma história cultural e de uma história das ideias (ou pensamento)? (SILVA, 2002:9)

O número de intelectuais de determinada época depende da definição de intelectual que se priorize em utilizar, entretanto a extensão da categoria, dos intelectuais, é apenas uma face dos estudos sobre os intelectuais. Portanto “o estudo dos intelectuais como atores do político é complexo” (SIRINELLI, 2003: 244) já que a categoria apresenta contornos mutáveis e não existe um partido dos intelectuais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Dentre algumas das dificuldades na investigação neste campo da história, Sirinelli (2003) destaca que a pesquisa da história política dos intelectuais é longa e ingrata e passa pelos textos impressos que em sua gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham papel decisivo; há também que se olhar para a história social que exige análise de elementos dispersos. O itinerário dos intelectuais apresenta problemas para ser reconstituído e se complicam mais na sua interpretação.

Um relevante aspecto, destacado por Sirinelli, o qual o historiador deve dedicar sua atenção compreende a observação da localização dos intelectuais e seu deslocamento no interior da paisagem. O autor complementa a sua ideia nas palavras de Jacques Julliard: “ideias não passeiam soltas pelas ruas; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais.” (SIRINELLI, 2003: 258)

É preciso que o pesquisador se dedique a entender para além de como as ideias vem aos intelectuais, há que se compreender como elas chegam à população, Sirinelli faz uma alegoria da descida da *intelligentsia* até a sociedade civil, sua influência sobre os saltos da comunidade nacional e a análise de se foi, ou não, assimilada pela cultura política da época. Quando se fala em influência sobre a comunidade nacional se coloca a questão da responsabilidade do intelectual, o que pode se tornar uma situação delicada ao historiador, que deve se conter e policiar a não distribuir condenações ou aprovações. Sirinelli aponta um outro enfoque para que o historiador não venha cair na armadilha citada: “tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época.” (SIRINELLI, 2003: 261)

O aparecimento do intelectual é datado historicamente. O homem culto sempre existiu no interior das sociedades, mas desde quando este homem passou a ser o intelectual no interior da sociedade a qual pertence? Burke (2003) analisou a história social do conhecimento desde Gutenberg até Diderot, sua contribuição mostra já no século XVII uma identidade de um grupo de letrados que se fortalecia. No século seguinte esses grupos cresciam e marcavam presença em diferentes cidades europeias. (GASPARELLO e VILLELA, 2009) O protagonismo político dos intelectuais foi possível em grande parte pela circulação dos jornais e revistas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Muito tempo antes da utilização do nome “intelectual”, Burke (2003) explicita como através dos lugares comuns, como bibliotecas e outros espaços públicos, facilitavam a interação dos homens ligados as ações da vida cotidiana ao conhecimento. Esta sociabilidade influenciava a produção e distribuição do conhecimento da época. (2003:57)

Vieira (2008) percebeu o itinerário desde a utilização do termo *intelligentsia* para compreender a formação do grupo atualmente considerado e estudado como “intelectual”. A *intelligentsia* foi um vocábulo que começou a ser usado no fim do século XIX na Polônia e na Rússia, para designar o grupo de cultos da sociedade com sensibilidade e responsabilidade em relação à educação do povo e afirmação da nação. A palavra estava associada as elites e ao fato destas terem a capacidade de analisar melhor as nuances sociais, possuindo destacado papel político e ainda deterem a consciência nacional.

No cenário francês do fim do século XIX grande parte do debate russo sobre as elites culturais fora apropriado. Entretanto a palavra utilizada mudou para “intelectual” e ganhou novas dimensões. Os intelectuais seriam o conjunto de cultos protagonistas políticos com identidade definida e com possibilidade de transgressão, o que compreendia uma grande novidade da prática intelectual em relação a prática da *intelligentsia*. Esta nova possibilidade de transgressão teve um acontecimento para a ruptura com o sentido anterior, o caso Dreyfus, quando em 1898 o intelectual Émile Zola tornou pública a sua oposição a uma atitude política do governo francês. A atuação de Zola abriu precedente para que intelectuais de diversas áreas pudessem estar do lado oposto as proposições do governo da nação a qual pertencem, os traidores podem então ser os traidores da pátria.

Julien Benda (1927) trouxe uma importante reflexão sobre o intelectual moderno, que apesar de sua ampla possibilidade de atuação teria sucumbido as paixões da cidade e ao realismo das multidões, perdendo sua autonomia em relação ao Estado. Mas ao longo do século XX a ideia de Benda sobre o papel do intelectual foi sendo substituída por um intelectual engajado, com um compromisso civil participante da vida política.

Dentre as definições de “intelectual” que surgiram no século XX, penso o objeto de estudo da minha pesquisa a partir do conceito pensado por Foucault, o intelectual específico.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Foucault percebeu com o passar do tempo que o papel do intelectual tem mudado, há tempos já não se pede que este dê conta do questionamento sobre o universal. Os intelectuais deslocaram suas preocupações a setores determinados, nos quais estavam situados, fosse por suas condições de vida ou de trabalho. Consequentemente a partir de então, os intelectuais adquiriram uma consciência muito mais concreta e imediata das suas lutas, encontraram problemas específicos, constituindo para Foucault a construção do *intelectual específico* em oposição ao *intelectual universal*. O autor ainda aponta que o intelectual específico se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial. A biologia e a física foram às zonas de formação do intelectual específico. Foucault toma os evolucionistas pós-darwinianos como exemplo, pois em nome de uma verdade científica local fez-se a intervenção do cientista nas lutas políticas que lhe são contemporâneas.

O intelectual específico tem outra significação política, que permitiu rearticular categorias vizinhas, que até então estavam separadas. Antes o intelectual era considerado o escritor da consciência universal, mas a partir do momento em que a politização realiza-se pela atividade específica de cada um, a escrita universal desaparece dando lugar a produção de ligações transversais de saber para saber. Assim as diferentes áreas em seu próprio lugar e por meio de intercâmbios e articulações podem participar de uma politização global dos intelectuais.

Para Foucault o intelectual tem que ser capaz de ser cidadão. E seria a partir do seu lugar de cidadão que o intelectual exercendo sua função, se nutriria de duas fontes: o princípio da discrição, que impede o intelectual de ser hegemônico sobre a sociedade; e de uma crítica das formas totalizantes da política decorrente de seu excesso de generalização.

A pesquisa entre seus pares

A pesquisa sobre os educadores do Brasil tem ganhado força nos últimos anos, o que pode ser verificado pela quantidade de trabalhos defendidos e publicações sobre esses intelectuais da educação brasileira. Outro dado que corrobora a relevância do tema no momento é o fato do Ministério da Educação disponibilizar em sua página na internet, a partir de 2010, diversos livros que compõem a Coleção de Educadores, para download gratuito. Entre os livros pode-se observar





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que seus autores são educadores acadêmicos que tem interesse nas investigações a respeito dos intelectuais da história da educação brasileira. Dentre os quais destaco: Clarice Nunes que escreveu sobre a trajetória de Anísio Teixeira; Ana Chrystina Mignot que fez um estudo biográfico sobre Armada Álvaro Alberto; Maria Luiza Penna estudou o pensamento de Fernando de Azevedo, especialmente suas reflexões sobre as relações entre educação e mudança social, por meio de uma biografia intelectual do sociólogo educador; Jorge Antônio Rangel fez uma reflexão sobre a biografia intelectual do educador Edgard Roquette-Pinto.

Alguns dos livros que compõe a Coleção de Educadores são frutos de trabalhos anteriores dos autores, como é o caso de Clarice Nunes que no ano de 2000 publicou o livro Anísio Teixeira: a poesia da ação, ou Ana Chrystina Mignot que em 2002 publicou o livro Baú de Memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armada Álvaro Alberto.

As pesquisas realizadas nos últimos anos voltadas para os intelectuais da década de 1930 referem-se principalmente aos intelectuais vinculados ao Estado Novo, iniciado em novembro de 1937. Em especial pesquisas articuladas aos nomes de Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Há muitas teses voltadas para os intelectuais católicos e a educação do período do governo de Getúlio Vargas. O que é compreensível e justificável tendo em vista que o governo Vargas reatou a aliança da Igreja com a educação, perdida com a Proclamação da República. Como vemos, por exemplo, na tese de Bernadete Stang (2008) que estuda na década de 1930 os dois grupos intelectuais, os “católicos” e os “pioneiros”. Bernardete busca compreender como estes intelectuais se apropriaram da nova doutrina educacional dentro dos moldes da sua fé e como traduziram nos seus discursos a sua leitura de mundo e o modelo de educação que defendiam, percebendo quais foram as sintonias e nuances entre os seus membros e como estas aparecem no debate pedagógico publicado em suas Revistas.

Mais recentemente, tem algumas teses, como a de Cândido Moreira Rodrigues (2010), que estuda o intelectual católico Alceu Amoroso Lima no período de 1928 a 1946 e tem por objetivo provar que esse intelectual passou do conservadorismo à democracia, nesse espaço de tempo, na medida em que abandonou suas ideias autoritárias; e o trabalho de Emanuela Souza Ribeiro (2009) que analisa a influência católica na formação da identidade nacional, durante o período compreendido entre 1889 e 1930, a partir do estudo dos intelectuais católicos do Estado de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Pernambuco. Constatou-se que houve um modo de ser elite no Brasil, do final do século XIX e início do XX, que estava relacionado a uma postura intelectual católica, especialmente na região nordeste.

Maria Célia Moraes (1992) discutiu a presença de Francisco Campos na educação brasileira nos anos 30, para demonstrar de que forma o campo educacional se constituiu em mediação privilegiada para sua estratégia política mais ampla de construção, no Brasil, de um Estado Nacional forte, centralizador e intervencionista. Campos atuou no Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930-1932), implantou as reformas educacionais, estabeleceu as alianças, sempre a serviço da estratégia política por ele realizada. Nesse sentido, Maria Célia busca mostrar como Francisco Campos transformou o campo educacional em palco para a explicação de seu projeto político e ideológico.

O artigo elaborado por José Damiro de Moraes, *Armanda Álvaro Alberto: pensamento e ação nos anos 1930*, faz parte de um recorte da sua pesquisa de doutorado, que teve como objetivo fazer uma análise da atuação teórica e prática das signatárias do Manifesto dos Pioneiros: Armanda Álvaro Alberto, Cecília Meireles e Noemi da Silveira Rudolfer, colocando essas mulheres signatárias em evidência. Sendo que nesse trabalho o foco permanece sobre a relação entre os movimentos contestatórios dos anos que antecederam o Estado Novo, com destaque para a participação da intelectual Armanda Álvaro Alberto. O artigo frisa as relações dessa intelectual do Manifesto de 1932 com entidades participantes do movimento que lutou contra o fascismo e o imperialismo – a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a União Feminina do Brasil (UFB) - sendo a última uma organização presidida por Armanda.

No artigo *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*, Helena Bomeny (2001) reflete, no Brasil da era Vargas, sobre o dilema da participação dos intelectuais na política que teve, no ministério Capanema, um de seus momentos memoráveis. O ministério que concentrou boa parte dos exemplos sempre recuperados para o tratamento da nada pacífica relação entre intelectuais e política. Para compreender como o assentimento de uns intelectuais e a reclusão que se impôs a outros, a autora parte da prática do conceito de *clerc* presente no livro *A traição dos intelectuais* de Julien Benda.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É importante ressaltar que grande parte das pesquisas sobre o referido período recorre aos pesquisadores vinculados ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil - CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, o que mostra a relevância desta instituição nas investigações deste momento da história do país.

Observei ainda que o embasamento teórico das teses pesquisadas é sustentado por diversos autores, com destaque para a análise das representações realizada por Roger Chartier. Outros autores utilizados foram Pierre Bourdieu, com o poder simbólico e Michel Foucault para análise do discurso intelectual. Na abordagem da sociologia dos intelectuais foram utilizados também autores como Antônio Gramsci e Karl Mannheim.

Metodologia do trabalho

As redes de sociabilidade compõe elemento fundamental para a reconstrução da trajetória dos intelectuais da educação na década de 1930. Sirinelli salienta que o historiador não pode subestimar ou ignorar as estruturas de sociabilidade, elas compreendem a organização dos intelectuais em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. As estruturas de sociabilidade no meio intelectual formam um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, uma revista. (REMOND, 2003:248) As fontes documentais que formam essas redes são muito importantes para a compreensão dessas estruturas. Um exemplo que se encaixa bem dentro dessas redes e servirá a esta pesquisa é a *Revista Nacional de Educação*⁴. A Revista foi criada a partir do Decreto nº 21.240 de 4/4/1932⁵, que nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos, criou a taxa cinematográfica para a educação popular e deu outras providências. A *Revista Nacional de Educação* era uma espécie de fascículo de educação, onde estavam contidos diversos artigos, discursos, cartas, poemas, de autores nacionais e outros traduzidos, textos contemporâneos ou anteriores a revista, mas todos com relevância no contexto de educação popular nacional proposto pela Revista, onde havia ainda

⁴ Revista produzida pelo Museu Nacional através da taxa da censura cinematográfica.

⁵ Coleção de Leis do Brasil.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

algumas imagens e propagandas de filmes educativos. Esta Revista é um *locus* onde ocorreram estas redes de sociabilidade e na pesquisa desta Revista pude perceber os enlaces que existiram para sua realização, que por si só compreendem um emaranhado de relações políticas dos intelectuais do período.

As redes definem as estruturas de sociabilidade, elas não são facilmente perceptíveis e possuem duas essenciais e diferentes naturezas. A primeira delas são as revistas que além de servirem de observatório para a sociabilidade dos intelectuais, também são utilizadas para análise do movimento das ideias. A última se refere aos manifestos e abaixo-assinados, onde o historiador se pergunta sobre a formação dos grupos de apoio e servem ainda para análise das correntes ideológicas marcantes. As redes guardam microclimas, onde a atividade e o comportamento dos intelectuais apresentam traços específicos.

As estruturas de sociabilidade variam de acordo com a época e o subgrupo de intelectuais estudados. Há a necessidade de se fazer a arqueologia do intelectual para ver as solidariedades de origem. Também são importantes para a composição dessas redes as relações de atração e amizade, hostilidade e rivalidade, ruptura, briga e rancor que o intelectual desenvolve. Entretanto sem supervalorizar os aspectos emocionais dos intelectuais, pois isso decorre em grave erro científico.

A sociabilidade pode ser entendida também na relação onde se interpenetram o afetivo e o ideológico. Existe uma dupla acepção para a sociabilidade: as redes que estruturam e o microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular.

E importante salientar a necessidade de desmontar e mostrar o arranjo do microcosmo e da análise das redes que os intelectuais compõem. Um dos elementos constitutivos das redes são as solidariedades de idade. Entre os efeitos da idade Sirinelli destaca que os processos de transmissão cultural são essenciais no meio intelectual e que um intelectual sempre tem como referência de sua definição uma herança, podendo esta servir ao prosseguimento de seus ideais ou a uma ruptura.

Essas redes de solidariedades de idade podem ser relacionadas a da noção de geração de Gomes (1999), ela destaca a importância dos “lugares” de sociabilidade de uma geração, como as escolas, associações intelectuais, revistas, salões, podem ser componentes preciosos no





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

entendimento da produção e circulação de ideias. Um espaço geográfico de sociabilidade é também afetivo, capaz de mostrar relações de proximidade e desentendimento, amizade e hostilidade desses intelectuais. Logo as noções de geração e sociabilidade tornam-se importantes instrumentos analíticos operacionais para estudo dos três intelectuais vinculados diretamente a educação investigados no presente estudo.

Um regime que investe em um projeto cultural ambicioso e requintado e cujo modelo de intelectual é o do homem engajado com as lutas do seu tempo, importando pouco sua posição específica por ele assumida. (GOMES, 1999:77)

O Decreto 21.240, a formação e o trabalho da Comissão de Censura Cinematográfica

O Decreto 21.240 de 4 de abril de 1932 atendia amplamente as demandas já estabelecidas, a transferência do controle da censura da polícia civil estadual ao Ministério da Educação, a criação de uma Comissão de Censura que realizava a censura dos filmes, a inclusão da categoria de filme educativo e a queda dos impostos sobre importações de filmes virgens, o que incentivava a produção nacional. Em 1933 mais que dobrou a produção de curtas brasileiros e em 1935 os produtores nacionais já viam sua situação normalizada. O mercado cinematográfico brasileiro consolidou-se com o consumo de filmes estrangeiros, predominantemente norte-americanos. Os Estados Unidos ditavam o modelo de produção cinematográfica.

Com base na análise do trabalho da Comissão de Censura é possível uma maior compreensão dos efeitos do Decreto nº 21.240 em curto prazo, tendo em vista os dados quantitativos de filmes censurados quinzenalmente e ao resultado obtido pela Comissão de Censura Cinematográfica. No ano de 1932 o trabalho de censura começou a ser realizado logo do chamado dos censores, data de 30 de abril. A esmagadora maioria dos filmes cinematográficos era aprovada, dentro dos filmes aprovados existiam algumas categorias de seleção como se era filme educativo, impróprio para menores, ou aprovado mediante cortes ou correções. Havia também filmes que eram proibidos para exibição pela Comissão de Censura Cinematográfica, mas este número é ínfimo se comparado aos aprovados, principalmente nos anos de 1933 e 1934 que o percentual de filmes que não são aprovados não chega a 1%. No ano de 1932 o total de filmes





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

censurados foi de 717, no ano de 1933 esse número subiu para 1545, alcançando a marca de 1907 filmes censurados no ano de 1934. Nesses três anos 4.169 passaram pela censura dos membros da Comissão.

A preocupação com os filmes exibidos já existia antes de 1930, mas é neste governo que ela ganha força, que leva a elaboração do Decreto nº 21.240 de 4 de abril de 1932 para “Nacionalizar o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a Educação popular e dá outras providências.”⁶

Em 1931, antes do Decreto nº 21.240, o paulista Joaquim Canuto Mendes Almeida (1931) no livro *Cinema contra o Cinema*, deu a sua contribuição ao surto de cinematografia na educação brasileira, na tentativa de organização do Cinema Educativo no Brasil, onde já podia-se notar a preocupação com o conteúdo dos filmes estar vinculado a uma ideologia inserida na proposta política de governo na educação. O prefácio deste livro contém um relato interessante do diretor geral do Ensino no Estado de São Paulo, Lourenço Filho:

Este livro defende uma tese de grande interesse para todos quantos se preocupam com o próprio cinema, ou seja a de que, às exibições de mau efeito sobre crianças e adolescentes, deve contrapor-se o cinema educativo. Daí o título expressivo de Cinema contra Cinema. (1931:54)

Um aspecto chama a atenção no florescer na década de 1930, a grande importância dada a questão dos filmes educativos, seja em relação a exibição ou produção de Filmes Educativos. Mas o que seria objetivamente o Cinema Educativo? Para explicar tal questão há uma fala interessante que demonstra a visão de Roquette Pinto sobre o Cinema:

Não é raro encontrar, mesmo no conceito de pessoas esclarecidas, certa confusão entre o cinema educativo e o cinema instrutivo. É certo que os dois andam sempre juntos e muitas vezes é difícil ou impossível dizer onde acaba um e começa o outro, distinção que aliás não tem de fato grande importância na maioria das vezes. No entanto é curioso notar que o chamado cinema educativo, em geral não passa de simples cinema de instrução. Porque o verdadeiro educativo é outro, grande cinema de espetáculo, o cinema da vida integral. Educação é, principalmente ginástica do sentimento, aquisição de hábitos e costumes de moralidade, de higiene, de sociabilidade, de trabalho e até de vadiagem...Tem que resultar do atrito diário da personalidade com a família e com

⁶ Decreto 21.240 – de 4 de abril de 1932, Coleção de Leis do Brasil.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

o povo. A instrução dirige-se principalmente à inteligência. O indivíduo pode instruir-se sozinho, mas não se pode educar senão em sociedade. O bom senso irônico do povo marcou espontaneamente a situação do instruído deseducado quando se riu do ferreiro que usa espeto de pau. São, pois muito grandes as responsabilidades do cinema de grande espetáculo.⁷

O primeiro número da *Revista Nacional de Educação* apresenta o Decreto nº 21.240 na íntegra, na seqüência há a instrução sobre o decreto e também uma explicação a respeito da importância da verba ser destinada a educação, como um aperfeiçoamento do projeto político do governo de Getúlio Vargas na educação.

O Decreto nº 21.240 do dia 4 de abril de 1932, foi assinado por Getúlio Vargas e formulado por Francisco Campos e Oswaldo Aranha, legaliza a censura cinematográfica, o que se daria em favor da educação popular. Primeiramente, o decreto esclarece sobre as finalidades do cinema dentro do governo de Vargas:

Considerando que o cinema, sobre ser um meio de diversão, de que o público já não prescinde, oferece largas possibilidades de atuação em benefício da cultura popular, desde que convenientemente regulamentado;⁸

O trecho mostra que no momento histórico que o Decreto foi redigido, o cinema já era considerado um meio de diversão com certa estabilidade para grande parcela da sociedade, que já não o dispensava, como elemento intrínseco a diversão coletiva social. Entretanto, além do governo visualizar a capacidade de atuação do cinema em favor da cultura popular esse reconhecimento vinha acompanhado de preocupação. Um meio capaz de atingir a população tão largamente, também poderia ser perigoso ou prejudicial à sociedade que o governo de Getúlio Vargas pretendia legitimar como nacional. Assim havia a necessidade de regulamentação deste instrumento, para que o seu trabalho em relação à cultura nacional beneficiasse aos interesses da nação; foi a justificativa para a criação da censura cinematográfica sob o papel educativo em defesa da educação popular.

⁷ Esse pronunciamento de Roquette Pinto encontra-se no artigo *O Instituto Nacional de Cinema Educativo* com autoria de Mário Adalberto Ribeiro, presente na Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, ano VII – vol.I – nº3 – 03/1944, p.4

⁸ Coleção de Leis do Brasil.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os filmes educativos foram instrumento para o ensino no país em larga escala; serviram a assistência cultural, principalmente sobre as parcelas mais pobres da população; trouxe ainda a instrução aos analfabetos, e foi sobre estas bases que se justificou a censura cinematográfica, em benefício da cultura do país, sobre o que o Decreto menciona:

Considerando que os filmes educativos são material de ensino, visto permitirem assistência cultural, cora vantagens especiais de atuação direta sobre as grandes massas populares e, mesmo, sobre analfabetos;

Considerando que, a exemplo dos demais países, e no interesse da educação popular, a censura dos filmes cinematográficos deve ter cunho acentuadamente cultural; e, no sentido da própria unidade da nação, como vantagens para o público, importadores e exibidores, deve funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país,

Art. 1º Fica nacionalizado o serviço de censura dos filmes cinematográficos, nos termos do presente decreto.⁹

A censura, como postula no Decreto nº 21.240, é colocada de forma a que ela parecesse um instrumento viabilizador da cultura popular, como se a proibição de certos filmes e permissão de outros considerados propícios aos fins desejados, indicasse o caminho a ser seguido pela sociedade na consolidação, do que seria uma legítima cultura popular.

A comissão de censura tinha validade de um ano e era formada por cinco pessoas do Distrito Federal: um representante do Chefe de Polícia, um representante do juiz de menores, diretor do Museu Nacional, um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e uma educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação, segundo os termos propostos pelo Decreto 21.240:

Art. 6º A comissão de censura será assim composta:

- a) de um representante do Chefe de Polícia;
- b) de um representante do Juízo de Menores;
- c) do diretor do Museu Nacional;
- d) de um professor designado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública;
- e) de uma educadora, indicada pela Associação Brasileira de Educação.

⁹ Idem 53





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

§ 1º Todos os membros indicados deverão residir no Distrito Federal, e sua designação é válida por um ano, podendo ser reconduzidos.

§ 2º O ministro da Educação e Saúde Pública designará um dos membros da Comissão para servir como presidente, e um funcionário do Ministério para desempenhar as funções de secretário-arquivista, bem como três suplentes para substituírem os membros efetivos da comissão, nos casos de impedimento.

§ 3º Sempre que julgar necessário, em relação a filmes de natureza técnica, a comissão solicitará o concurso de especialistas no assunto, para isso convidados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

A formação desta comissão de censura nos mostra o quanto à educação brasileira estava atrelada a política do governo. Na política de governo empreendida utilizada como uma forma de legitimação de poder frente à população, um meio de aceitação entre as camadas populares, uma preocupação com a forma de instrução da população estar vinculada aos ideais desenvolvidos como da nação. É nítida a centralização estabelecida pelo Governo Provisório, que torna nacional a censura antes exercida pelos estados, quer dizer, uma preocupação pela uniformidade do Estado em âmbito nacional.

Os primeiros membros da Comissão de Censura Cinematográfica (CCC) foram: Silvio Júlio como representante do Chefe de Polícia, Carlos Magalhães Lebeis como representante do juiz de menores, Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional, Jônatas Serrano como representante pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e Armanda Álvaro Alberto, a educadora indicada pela Associação Brasileira de Educação, além de Adhemar Leite Ribeiro como representante da Associação Brasileira Cinematográfica.

O artigo de Carlos Magalhães Lebeis, na Revista Nacional de Educação, merece destaque por tratar do Cinema e Censura, o autor traça um panorama do cinema e da criminalidade infantil, faz uma comparação da censura cinematográfica no Brasil e no mundo, na realização da defesa do homem de amanhã. Pensando que esta foi uma Revista publicada com a verba de censura cinematográfica, o que Carlos Magalhães Lebeis faz é corroborar a importância da censura cinematográfica.

Alguns dos membros da CCC possuíam artigos publicados pela Revista Nacional de Educação. O já mencionado artigo de Carlos Magalhães Lebeis sobre cinema e censura; Jônatas Serrano publicou no nº 3 da Revista o artigo *Eras e Calendários*, especialmente elaborado para o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

periódico e ainda no nº 8 foi publicada uma carta endereçada a Roquette Pinto. Silvio Júlio teve publicado na Revista o artigo *Brasil-Indochina* no nº 4 da Revista e *Gregório de Matos e Quevedo* nos nº 11 e 12. Além de cinco publicações de Roquette Pinto no decorrer da Revista.

A carta de Jônatas Serrano é bem interessante, data de 30 de abril de 1933, quando vencia um ano de sua participação na Comissão de Censura Cinematográfica, então redige a carta de elogio ao trabalho realizado em decorrência do Decreto nº 21.240 e da referida Comissão:

A Comissão já realizou pelo menos este benefício apreciável: classificar os filmes realmente educativos, cortar ou proibir o que se apresentou de absolutamente mau e declarar impróprios para crianças ou menores certos filmes que há um ano eram ou teriam sido exibidos sem restrições as famílias de todo o Brasil.

Oxalá não desfaleça a energia de quantos convosco trabalham nessa obra de sadio patriotismo. E que Deus ilumine os pais de família na escolha dos espetáculos para seus filhos, os espectadores em geral e os que têm a responsabilidades da direção da coisa pública, esquecidos as vezes todos da força formidável, para o bem ou para o mal, da mais jovem das artes.

Assim o continuarei a repetir, esperando que vença afinal, também no Brasil, a grande causa do Cinema a serviço da Educação.¹⁰

A intervenção do governo getulista se estende a prevenção do menor e deixa explícito uma entrada nos lares brasileiros, uma orientação na educação dos filhos, o que é bom ou adequado ou não as crianças e adolescentes brasileiros. Mesmo que o cinema fosse exibido em um ambiente fora de casa, quando o governo diz que através da censura defendera o menor, ele assume o papel de cuidar desse menor como um pai ou mãe, apontando o que é conveniente ou não a sua formação. É uma intromissão pública a aspectos pertinentes a vida privada, do convívio das famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes. **Cinema contra Cinema**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

BASTOS, Elide Rugae; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁰ SERRANO, Jônatas. Maio 1933. *Revista Nacional de Educação*, 1(8), p.3-4





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

BATISTA, Alexandre Blankl. **“Mentores da Nacionalidade” a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado.** 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

BENTO, Luiz Carlos. **A educação em litígio: Gustavo Capanema, conciliação e reforma nos anos de 1930.** Goiânia, 2006. 93f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Noé Freire Sandes.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema:** intelectuais e políticas/ Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.

_____. **Os Intelectuais da Educação.** -2 ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter. **História social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CAMPELO, Taís. **Jonathas Serrano, narrativas sobre cinema.** In: Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v.10, n.17, jan./jun., 2007, p. 57-76.

CANDIOTTO, Cesar. **Subjetividade e Verdade no último Foucault.** Trans/Form/Ação, São Paulo, 31(1): 87-103, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 22 nº. 65 outubro/2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução: Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Iduína Mont’Alverne; COSTA, Valdelúcia Alves da; CARNEIRO, Waldeck (org.). **Políticas Públicas de Educação:** pesquisas em confluência. Niterói: Intertexto, 2009.

D’ARAUJO, Maria Celina(org.). **As Instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DINIZ, Marcelo Lucena. **Os caminhos da intelectualidade católica na década de 1930: católicos e “pioneiros” na construção da ordem pública varguista.** Dissertação de mestrado (Mestre em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. Orientador: Ivan Aparecido Manoel.

DUARTE, Regina Horta. “Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934) In: **História da ciência e saúde-Manguinhos** vol.11 nº1 Rio de Janeiro Jan./Abr.2004.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.26f.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945).** Assis, 2008.139 f. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Ciências e Letra de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientadora: Tania Regina de Luca.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Org. e trad. Roberto Machado- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

_____, VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **Intelectuais e Professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro.** Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nº21, p.39-60, set.-dez.2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** – 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **História e historiadores: A política cultural do Estado Novo.** – 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.-11.ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo 1780: programa, mito e realidade.** Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda-Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Armanda Alberto.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos** Revista brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v.73, n. 17-4, p.291-321, maio/ago. 1992.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

RANGEL, Jorge Antonio. **Edgard Roquette-Pinto** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

RIBEIRO, Emanuela Souza. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional – práticas e estratégias intelectuais: 1889-1930.** Tese de Doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco, 2009. 275p. Orientadora: Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

RIBEIRO, Mário Adalberto. **O Instituto Nacional de Cinema Educativo** , *In:* Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, ano VII – vol. I – nº3 – 03/1944.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928-1946).** Tese de Doutorado em História - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis, 2006. 318p. Orientador: Milton Carlos da Costa.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

SILVA, Breno Carlos. **Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil (1934-1945)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, 2010. 147p. Orientador: Milton Lahuerta.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**. Campinas, SP: Papirus, 2002. – (Coleção Textos do Tempo)

SILVA, Luciandra Gonçalves da. **“Sob o símbolo da cruz”**: Questão social, família e educação nas relações entre Estado e Igreja no Brasil (1930-1945). 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Orientadora: Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha-2ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOIHET, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão da cidadania. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves. **O Brasil Republicano**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Encontro Comemorativo do Centenário de Teixeira de Freitas. Fundação IBGE, Memória Institucional-2. Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

STANG, Bernadete de Lourdes Streisky. **O Saber e o Credo: Os Intelectuais Católicos e a Doutrina da Escola Nova (1924-1940)**. Doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. 222p. Orientadora: Ana Walesca Pollo Campos Mendonça.

TRONCA, Ítalo. **A Revolução de trinta: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. -2ed., 1 reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Escola Nova e processo educativo*. In: LOPES, Eliane Marta, FIGUEIREDO, Luciano e GREIVAS, Cynthia (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª. Ed., 2003

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, nº. 16, p. 63-85, janeiro/abril, 2008.

